

**PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU  
GABINETE DE PROTEÇÃO CIVIL, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Ata n.º 2**

No dia 7 de janeiro de dois mil e vinte e cinco, pelas 10h00, reuniu o júri designado para o procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Unidade do Gabinete de Proteção Civil, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção Intermédia de 3.º grau, aberto pelo Aviso (extrato) n.º 16947/2024/2, publicado no Diário da República, II Série - n.º 154, de 09 de agosto de 2024, devidamente publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o Código da Oferta OE202408/0326 e demais publicações exigidas por lei.

O prazo estabelecido para apresentação de candidaturas expirou no dia 26 de agosto de 2024, conforme consta do Aviso publicado no Diário da República e na Bolsa de Emprego Público acima referido.

Estiveram presentes na reunião Rafael Gomes Amorim, Primeiro Secretário do SEI da CIM Cávado, na qualidade de Presidente do Júri, Maria de Fátima Oliveira Barbosa, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da CIM Cávado, 1.ª Vogal Efetiva, e Dulce Filipe, Chefe de Divisão de Recursos Humanos do Município de Vila Verde, 2.ª Vogal Efetiva.

**Ordem de trabalhos:**

1. Analisar os processos de candidatura, ao abrigo da legislação em vigor.
2. Deliberar sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso.

**1. Análise das candidaturas**

Foram rececionadas nos serviços desta Comunidade Intermunicipal as seguintes candidaturas, identificadas com a seguinte numeração de entrada:

1. João Manuel de Oliveira Marques;
2. Carlos Filipe da Silva Barros
3. Marta Bernardo Garcia
4. Marinha Isabel Martins Rodrigues Esteves

## 5. Cristina Monteiro

Conforme decorre da primeira ata do júri, lavrada em 31 de julho de 2024 e devidamente identificados no aviso de abertura publicado na Bolsa de Emprego Público, de 9 de agosto de 2024, os requisitos de admissão são os que constam do n.º 3 do artigo 10.º e n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, “os titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados, por procedimento concursal, de entre trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam dois anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura”.

Assim sendo, o júri analisou as candidaturas e constatou o seguinte:

1. O candidato João Manuel de Oliveira Marques, é trabalhador no Município de Tábua, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Técnico Superior desde 03/02/2020;
2. O candidato Carlos Filipe da Silva Barros, é trabalhador no Município do Porto, com contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Técnico Superior desde 08/03/2016;
3. A candidata Marta Bernardo Garcia, é trabalhadora no Município de Braga, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Técnico Superior desde 10/12/1991;
4. A candidata Marinha Isabel Martins Rodrigues Esteves, é trabalhadora na Comunidade Intermunicipal do Cávado, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira/categoria de Técnico Superior desde 06/04/2022;
5. A candidata Cristina Monteiro, apresentou a candidatura após a data limite para apresentação de candidaturas e não possui vínculo de emprego público.

## 2. Admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

Tendo em consideração a análise efetuada, após a verificação do cumprimento dos requisitos de admissão, o júri deliberou:

- a) A **ADMISSÃO** dos seguintes candidatos por reunir os requisitos de admissão previstos no aviso de abertura publicado na Bolsa de Emprego Público, de 9 de agosto de 2024 e terem formalizado correta e atempadamente a respetiva candidatura:
- Carlos Filipe da Silva Barros;
  - Marta Bernardo Garcia;
  - Marinha Isabel Martins Rodrigues Esteves.
- b) A **ADMISSÃO CONDICIONADA**, por falta de apresentação de certificado de habilitações de licenciatura, do candidato:
- João Manuel de Oliveira Marques.
- c) A **EXCLUSÃO** da candidata Cristina Monteiro, por ter apresentado a candidatura após a data limite de apresentação de candidaturas, indicada no aviso de abertura publicado na Bolsa de Emprego Público, de 9 de agosto de 2024. Acresce ainda que se constata que não possui vínculo de emprego público e por isso o requisito previsto no mesmo aviso de abertura e no n.º 3 do artigo 10.º e n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, “os titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados, por procedimento concursal, de entre trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam dois anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura”.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 108.º do Código do Procedimento Administrativo, o candidato admitido condicionalmente, João Manuel de Oliveira Marques, deve ser notificado da presente ata e de que dispõe do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, para apresentação de certificado de habilitações de licenciatura. Findo o prazo será definitivamente excluído caso não tenha apresentado o documento em falta.

Nada mais havendo a deliberar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos membros do júri.

**O Presidente do Júri,**

---

Rafael Gomes Amorim, Dr.

**O 1º Vogal Efetivo,**

---

Fátima Barbosa, Dr.ª

**O 2º Vogal Efetivo,**

---

Dulce Filipe, Dr.ª